PARA REFLETIR

ROMPENDO SILÊNCIOS NO COTIDIANO DA ESCOLA BÁSICA[1]

Clea Mª da Silva Ferreira e Edileia de Carvalho

Pensar a atuação do docente da educação básica na perspectiva da construção de práticas pedagógicas antirracistas e promotoras de diálogos e trocas culturais que rompam as hierarquias vigentes no ambiente escolar é um desafio com o qual muitos educadores, de formas distintas, estão implicados. Cada vez mais tem sido reconhecida a necessidade de recriação e releitura da arquitetura curricular, das concepções de currículo, das disciplinas e conteúdos escolares, bem como de posturas e paradigmas que caracterizam esse ambiente como monocultural em suas práticas, embora diverso em sua constituição. (...)

Revelar experiências de enfrentamento dessa lógica vigente e de aproveitamento dos espaços/tempos curriculares para uma atuação contra-hegemônica tem se configurado ação estratégica de criação e fortalecimento de uma rede de educadores que ensejam construir uma escola pautada na justiça cognitiva, social e cultural (CANDAU, 2013). Aqui traremos uma prática pedagógica realizada por um professor de Artes Visuais que atua no ensino fundamental em escolas da rede pública de dois municípios do estado do Rio de Janeiro. Uma das escolas de 1º Ciclo do Ensino Fundamental em que ele atua tem como projeto central do ano de 2018 trabalhar a história do patrono que nomeia a escola, o educador baiano Anísio Teixeira. (...)

É possível afirmar que intencional e expressamente o professor opta por dar ênfase às questões das contribuições das matrizes africanas, atuando em consonância com o que preconiza a lei. Contudo, por si só isso não garante que o trabalho seja efetivamente convergente com uma abordagem contra-hegemônica. Não é incomum ver experiências assim descritas que, na prática, apenas reproduzem os formalismos, estereotipias e folclorização na abordagem destes temas. Isso pode se dar tanto do ponto de vista da forma, quanto do conteúdo, independentemente da disciplina em questão. Para compreender melhor, analisemos duas atividades desenvolvidas pelo professor procurando refletir, ainda que brevemente, sobre o conteúdo da aula.

A primeira sequência de atividades se intitula *"Na Bahia de Anísio Teixeira tem mulheres negras guerreiras importantes para a história do Brasil"* e são apresentadas as contribuições de três personagens femininas: Maria Felipa de Oliveira, Luísa Mahim e Tia Ciata (Hilária Batista de Almeida). Estas foram mulheres que ocuparam posições de liderança e participação ativa em movimentos políticos e culturais no período pré-abolição e que não costumam figurar em livros didáticos como personagens de relevância histórica. Além de líderes, elas também foram mulheres escravizadas ou filhas de ex-escravizados que ocupavam socialmente posições subalternas e realizavam trabalhos braçais: pescadoras, marisqueiras e quituteiras. Desta forma, elas ocupam e acumulam posições de inferioridade na hierarquia social, quando se considera os três principais tipos de classificação apontadas por Quijano (2000) - raça, gênero e trabalho - o que justifica a ausência destas personagens nos currículos escolares e livros didáticos, por exemplo. Quando as coloca como tema de uma sequência de aulas - em um projeto que pretende homenagear um homem branco, importante educador e patrono da escola - este professor inverte a lógica e atua numa perspectiva contra-hegemônica e em consonância com a lei 10.639/2003, ao menos do ponto de vista do conteúdo. Ele também contribui para a desnaturalização do lugar do negro como sujeito subalterno e que não teve participação nos processos e lutas que culminaram na abolição, sobretudo as mulheres. Na escola, em geral, costuma-se estudar a abolição como ato benemérito de uma mulher branca, pressionada pelos ingleses, como se os próprios negros escravizados e livres também não tivessem empreendido movimentos e se organizado para garantia de sua liberdade, para além das organizações de quilombos.

A segunda atividade tinha como tema *"A Bahia de Anísio Teixeira é um pedaço da África: a cosmogonia iorubá, os mitos de origem"*. Mais uma vez, o professor subverte a lógica e dá centralidade a um tipo de narrativa que não costuma ser abordada no contexto escolar. Ele propõe a leitura de itans - história em iorubá - que explicam a origem do mundo segundo a cosmogonia africana e lhe permitiram introduzir o conceito de escultura e a experimentação e criação de formas diversas como meio de oportunizar o fazer artístico a seus estudantes. A primeira parte da aula consiste na contação das histórias com uso de máscaras de inspiração africana e os itans selecionados foram os de Odudua e Nanã, publicados nas obras de Pierre Verger e Reginaldo Prandi, respectivamente.

Mais uma vez, consideramos o caminho adotado pelo professor como um recorte epistemológico contra-hegemônico, na medida em que se referencia em matrizes africanas para tratar de um conteúdo curricular numa perspectiva de desconstrução da colonialidade cosmogônica, definida por Walsh (2009) como "a que se fixa na diferença binária cartesiana entre homem/natureza, categorizando como não modernas, primitivas e pagãs as relações espirituais e sagradas que conectam os mundos de cima para baixo, com a terra e com os ancestrais como seres vivos" (p. 15). As cosmogonias africanas e indígenas não costumam ter lugar nas escolas que, segundo o eurocentrismo que a rege, promoveu e ainda promove uma assimilação forçada da lógica moderno-ocidental, quase que exclusivamente. Portanto, oportunizar aos estudantes conhecer e produzir a partir de visões "outras" se constitui como ato pedagógico transgressor e necessário à desconstrução de práticas hierarquizantes que ainda vigoram nos contextos escolares.

As contribuições que uma atuação alinhada com essa perspectiva traz são inúmeras, tanto para as crianças negras, quanto para as brancas que frequentam a escola. Este modo de educar favorece o diálogo que possibilita a transformação e humanização das relações, permite novas formas de sociabilidade, desconstrói valores que imobilizam e contribui para a construção positiva da identidade negra e do seu posicionamento político, a partir das africanidades brasileiras (FERNANDES E SOUZA, 2016).

Para não encerrar a conversa... (considerações finais)

A escola é uma instituição sociocultural marcada pelas diferenças e pela diversidade cultural que precisam ser vistas na sua riqueza. Pensar a escola nesta perspectiva exige que levemos em conta um processo de confronto com a realidade, identificando preconceitos, silenciamentos e processos de exclusão revelados nas próprias atitudes, percepções distorcidas sobre os negros e o racismo internalizados de forma consciente ou inconscientemente, o que envolve também a desconstrução das dimensões etnocêntricas presentes no currículo escolar, bem como nas práticas pedagógicas. Exige ainda o reconhecimento de diferentes grupos culturais, a construção de identidades étnicas e de pertencimento racial.

Apesar dos silenciamentos, bem como a reprodução de práticas estereotipadas e fragmentadas ainda existentes no que concerne a existência e aplicação da Lei 10.639/2003, não podemos deixar de considerar que ações contra-hegemônicas também têm sido pensadas e produzidas nas "brechas decoloniais" (WALSH, 2016) no cotidiano das escolas públicas. Trata-se de práticas pedagógicas insurgentes, propiciadas, sobretudo por educadores/as que possuem uma trajetória de vivência, militância e compromisso político com a temática. A experiência trazida no âmbito deste trabalho nos revela que apesar da forte presença da cultura escolar marcada por aspectos muito comuns e recorrentes (como homenagear personagens ligados à história da escola, datas comemorativas ou de alusão a uma cultura nacional, eventos, entre outros), muitos deles, inclusive, pensados de forma hegemônica a todas as escolas de uma mesma rede, é possível subvertermos essa lógica uniforme e igualitária de pensarmos e produzirmos práticas e projetos educacionais propiciando a desconstrução de práticas hierarquizantes que ainda vigoram nos contextos escolares.

Consideramos o caminho adotado pelo professor, cuja prática foi trazida aqui como exemplo para pensarmos possibilidades "Outras" de prática pedagógica, como um recorte epistemológico contra-hegemônico, na medida em que se referencia em matrizes africanas para tratar de um conteúdo curricular numa perspectiva de desconstrução da colonialidade cosmogônica, definida por Walsh (2009). Portanto, oportunizar aos estudantes conhecer e produzir a partir de visões "Outras", tal como foi realizado, se constitui como ato pedagógico transgressor e necessário para construirmos práticas antirracistas e de valorização das diferenças. E, neste sentido, percebemos a importância da prática docente estar imbuída de uma perspectiva das relações étnico-raciais, respaldada, sobretudo, pela existência da Lei 10.639/2003.

Alinhavando os fios que tecem esta conversa, não pretendemos aqui tecer um olhar celebratório para a existência da lei, embora reconhecer a sua importância seja, de algum modo, celebrá-la. Entretanto, não podemos deixar de pontuar que esta se concretiza em um cenário de avanços e não de retrocessos, ainda que os dias atuais imersos em um cenário político devastador tragam novos desafios para a efetivação das políticas de reconhecimento das diferenças no chão da escola, sobretudo, no que tange a continuidade destas no âmbito do projeto governamental.

[1] Trecho extraído do artigo das autoras intitulado "Educação para as relações étnico raciais: uma conversa com professores da escola básica" publicado in: CANDAU, Vera Maria (Org.). Didática: tecendo/reinventando saberes e práticas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.p.258-279.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, V. M. F. **Educação Intercultural e práticas pedagógicas**. Documento de Trabalho. Rio de Janeiro: GECEC/PUC-RJ, 2013.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecilia Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 63, p. 103-120, 2016. ISSN 2316-901X. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/114868>.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo LatinoAmericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e Pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org). **Educação Intercultural na America Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 12-23.

_____. **Notas pedagógicas a partir das brechas decoloniais**. **In:** CANDAU, Vera Maria (Org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar**: uma educação "outra"? Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

NOVAMERICA
Programa Direitos Humanos
Educação e Cidadania

ISSN 1519-9827 - NOVAMERICA
Rua Dezenove de Fevereiro, 160 - Botafogo - CEP : 22280 - 030
Rio de Janeiro - R.J. - BRASIL - Tel/fax: 2542 6244 - 2295 8033
E-mail: escola@novamerica.org.br
http://www.novamerica.org.br

DDHH Direitos Humanos na sala de aula

Ano XVII - Nº 153
Agosto/Setembro de 2019

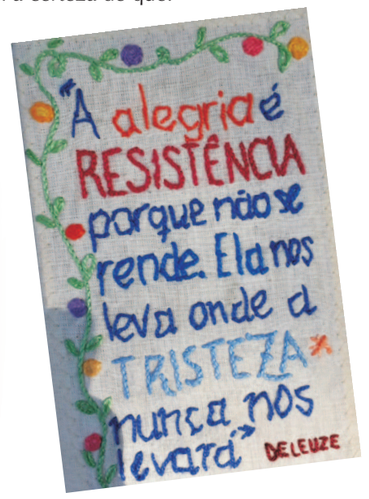
APRESENTAÇÃO

Educar em direitos humanos nunca foi uma tarefa fácil, em especial, em contextos histórica e culturalmente marcados pela desigualdade social e por diversas formas de violência. Mas, certamente, apesar da fragilidade da democracia brasileira, é inegável que vivemos tempos de graves retrocessos e desmonte de conquistas que, com base na Constituição Cidadã de 1988, buscavam desenvolver políticas públicas favoráveis à redução da pobreza e à afirmação de grupos sociais tradicionalmente subalternizados.

No entanto, paradoxalmente, tempos difíceis são tempos que nos desafiam a tecer caminhos de resistência e a educar para afirmar a justiça social, cultural e ambiental.

Nessa perspectiva, dando continuidade ao lema 2019 "Escolas: sentidos e aprendizagens", as reflexões teóricas e práticas presentes nesse boletim problematizam a visão eurocêntrica e colonizadora dos conhecimentos escolares e favorecem o diálogo entre diferentes saberes/práticas culturais e a tessitura de uma convivência solidária.

Que possamos caminhar junt@s, com a certeza de que:



ACONTECEU!

Nossa roda bombou! Agradecemos a presença de todos/as na Roda de Conversa "Como educar em tempos de Fake News", no dia 09 de julho, no Colégio Teresiano, que contou com a participação de Leila Salim, Mariana Medeiros e Viviane Tavares, membros da Eté Checagem, agência com foco em direitos humanos.



Abraço fraterno,

A Equipe

VAI ACONTECER!

No dia **24 de agosto** próximo, acontecerá o **XI Seminário Nacional do Movimento Socioeducativo Educar em Tempos Difíceis. Inscrições e informações no site msebrasil.org**



PARTICIPE!

NOVAMERICA

2019

DATAS SIGNIFICATIVAS

Agosto

07
Dia Internacional da Educação

09
Dia Internacional dos Povos Indígenas - ONU

12
Dia Internacional da Juventude - ONU

24
Dia da Infância

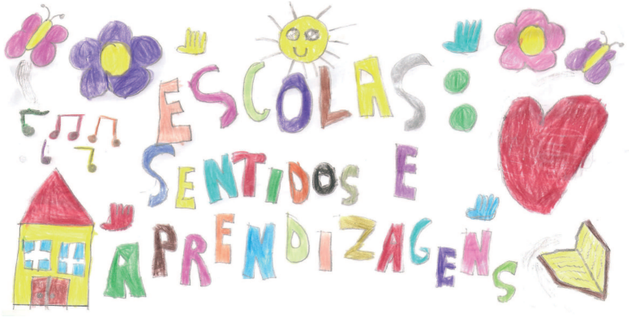
Setembro

08
Dia da Alfabetização

16
Dia Internacional da Paz

21
Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência/Dia da Árvore

23
Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças



Editora: Susana Sacavino
Texto Final: Silvia Maria F. Pedreira
Supervisão Editorial: Adelia Maria Koff
Composição Gráfica: Compañia Visual Manteca
Equipe Responsável: Edileia Carvalho
Maria Consolação Lucinda
Vera Maria Candau

A SALA DE AULA EM MOVIMENTO

Cara professora, caro professor, as atividades aqui propostas favorecem o cumprimento da Lei 11.645 /2008, relativa à obrigatoriedade do ensino de temas da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Educação Básica, o desenvolvimento de uma consciência ecológica e dialoga com algumas competências gerais e habilidades socioemocionais propostas pela BNCC.

TEMOS DIREITO!



https://cimi.org.br. Acesso em 10/07/19.

Apesar das violações históricas aos direitos dos povos originários e dos quilombolas, é inegável que vivemos momentos de graves e concretas ameaças à sobrevivência e à preservação cultural dessas populações. Mais do que nunca se faz necessário afirmar seus direitos constitucionais:

"São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens." (Art. 231 da Constituição Federal de 1988).

"Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos." (Art. 68 das Disposições Constitucionais Transitórias).

Educação Infantil - Pré-escola
Ensino Fundamental - 1º, 2º e 3º anos

"A criança terá direito a crescer com saúde, ter uma alimentação saudável, recreação e assistência médica adequadas". (Princípio 4 da Declaração Universal dos Direitos da Criança, 1959)

Celebrando os 50 anos da DUDC, essa atividade trabalha o direito a uma alimentação saudável.

1º momento:

- Organizar as crianças em roda e iniciar a atividade indagando: de onde vem a nossa energia para fazer todas as coisas que queremos, tais como, andar, correr, brincar, falar, estudar, dormir etc.
- Quando perceberem o papel dos alimentos, continuar a conversa sobre os hábitos alimentares, o que costumam, gostam e não gostam de comer.
- Levantar o conhecimento prévio dos/as alunos/as sobre a importância dos legumes, frutas e verduras para a saúde. Perguntar sobre os gostos, ausências e presenças desses produtos, em casa e na merenda escolar.
- Ampliar a conversa indagando sobre quais alimentos fazem bem à saúde e os que fazem mal. O que acontece quando nos alimentamos mal?
- Registrar as respostas. Se necessário, acrescentar outros alimentos, destacando a importância dos vegetais na alimentação.
- Concluir com a apresentação do vídeo da música "Sopa", do grupo Palavra Cantada, disponível no YouTube. Estimular a cantoria solicitando às crianças outros exemplos de coisas que são comuns e improváveis na sopa das crianças.

2º Momento:

- Buscando melhorar a alimentação dos/as alunos/as e de suas famílias, incentivar a comunidade escolar a organizar uma horta escolar. Na seção Enriquecendo a Ação há exemplos de endereços na Internet para encontrar vídeos, informações, cartilhas, cursos, entre outros materiais para orientar e buscar parcerias para a efetivação desse projeto. Caso, a escola não tenha espaço para uma horta, é possível fazê-la utilizando garrafas pets e pneus. Para além da possibilidade de gerar renda para as famílias, importante destacar o potencial das hortas urbanas nas trocas de saberes e no desenvolvimento de atitudes sustentáveis, coletivas e solidárias.


http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2014/06/estudantes-criam-horta-vertical-com-garrafas-reciclaveis-em-limeira-sp.html. Acesso em 05/07/19.


https://jaboticabalnews.wordpress.com/2013/11/29/horta-reutiliza-pneus-e-conscientiza-alunos-sobre-o-meio-ambiente-2. Acesso em 05/07/19.


https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/importancia-projetos-horta-escolar-educacao-ambiental/ Acesso em 05/07/19.

ENRIQUECENDO A AÇÃO:

Materiais online:

- Vídeos sobre a cosmovisão indígena produzidos pela ***TV Futura*** e ***Itaú Cultural.***
- Video ***"20 ideias para girar o mundo"*** com Ailton Krenak, entre outros protagonizados por ele.
- ***Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver***, organizado por Reinaldo Matias Fleuri. Acesso em 10/07/19.
- ***Neabi*** Indica: sugestões de filmes e atividade para abordar a História e Cultura Africana, Afro Brasileira e Indígena na sala de aula. Acesso em 10/07/19.
- ***Hortas Urbanas: Moradia Urbana com Tecnologia Social.*** Acesso em 10/07/19.
- Sites do ***Ipeafro, Geledés, A cor da Cultura*** e do ***Observatório de Educação em Direitos Humanos em Foco*** disponibilizam textos, vídeos, documentos e materiais pedagógicos para implementação da Lei 10.639/2003.
- Sites do ***Instituto Socioambiental***, da ***Embrapa***, da ***Fiocruz*** e páginas do ***Programa Hortas Cariocas*** no Facebook e da ***Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura do Rio de Janeiro*** para implantação de projetos de agroecologia, produção orgânica, alimentação saudável e educação ambiental

Textos impressos:

- Livros de Daniel Munduruku sobre a temática indígena.
- ***Meninas negras*** de Madu Costa, Mazza Edições.
- ***Pretinha, eu?*** de Julio E. Braz, Ed. Do Ogro.
- ***Educação nos terreiros: como a escola se relaciona com crianças de candomblé***, de Stela Caputo, publicado ela Ed. Pallas.
- ***Diferenças étnico-raciais e formação docente: um diálogo necessário***, organizado por Lilian do Carmo O. Cunha, Luiz Fernando de Oliveira e Roma Gonçalves Lemos, publicado pela Ed. Selo Novo.

Ensino Fundamental
4 º e 5º e 6 anos

"É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias" (Inciso VI do Art. 5º da Constituição Federal).

"O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo." (Art. 33 da LDB/96)

Com base no direito à liberdade de culto, essa atividade tem o objetivo de promover a tolerância e o diálogo inter-religioso.

- Iniciar a atividade fazendo a leitura coletiva dos artigos da Constituição Federal e da LDB que asseguram a liberdade religiosa.
- Levantar o conhecimento prévio da turma sobre o tema, indagando se já sofreram ou testemunharam situações de preconceito, intolerância ou ódio por motivos religiosos.
- Trazer exemplos de notícias sobre intolerância religiosa, em especial, contra religiões de matriz africana no Brasil hoje. Incentivar o debate buscando identificar as razões históricas e culturais que justificam tais fatos.
- Apresentar e discutir o vídeo "3 mitos de criação Cristão, Tupi Guarani e Yorubá", disponível no YouTube, no intuito de valorizar a diversidade religiosa na cultura brasileira e ampliar a concepção sobre a origem do mundo, tema presente em todas as religiões. O vídeo levanta questões que ajudam a orientar o debate.
- Concluir, convidando a turma a cantar a música *"Sincretismo Religioso"* de Martinho da Vila. Outra sugestão: *"Hino aos Orixás com a pureza das crianças"*. Ambas disponíveis no YouTube.
- Num segundo momento, solicitar que produzam, em diferentes linguagens, materiais para promover a tolerância e a pluralidade religiosa no ambiente escolar. Se possível, utilizando as TICs.



Ensino Fundamental
7 º, 8º e 9º anos



promessasdosol.blogspot.com Acesso em 10/07/19

- Com base na cosmovisão da cultura Krenak, povo indígena que habita as margens do Rio Doce, a ideia é refletir sobre os impactos das tragédias socioambientais provocada pelo rompimento de barragens da Companhia Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Essa atividade pode envolver as disciplinas de Artes, Geografia, História, Ciências, Língua Portuguesa, Matemática.
- Iniciar a atividade levantando o conhecimento prévio da turma sobre a história e as culturas de populações indígenas brasileiras. Estimular o debate indagando sobre representações/estereótipos presentes no imaginário social sobre os indígenas, regiões brasileiras em que habitam, ameaças e condições de vida desses povos no Brasil hoje.
- Ampliar o debate, apresentando o tema do rompimento de barragens das empresas Samarco e Vale do Rio Doce, nos municípios mineiros de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), destacando os impactos socioambientais desses acontecimentos.
- Após essa breve contextualização, apresentar o vídeo *"Krenak - Vivos na natureza morta/A lama matou nosso rio - episódio 01"*, disponível no Youtube.
- Sugestão de roteiro para orientar a observação e organizar o debate sobre o vídeo, a ser distribuído antes da exibição:
  - 1- Área geográfica atingida.
  - 2- Impactos sociais e ambientais do rompimento da barragem.
  - 3- Significado e a relação dos Krenaks com o rio e com a natureza.
  - 4- Consequências do rompimento da barragem para a subsistência e a cultura dos Krenaks.
  - 5- Presença de elementos da tradição cultural e da modernidade na comunidade indígena que desconstroem a visão estereotipada das identidades culturais indígenas.
  - 6- Papel da ancestralidade e dos mais velhos na aprendizagem e na preservação das culturas Indígenas.
  - 7- Imagens significativas que traduzam ideias força do vídeo.
  - 8- Lições do povo Krenak para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e preservar a natureza e a vida no planeta.
- Como sugestão, após o debate, concluir a atividade organizando um jogral com o poema "Lira Itabirana" de Carlos Drummond de Andrade, publicado em 1984.

O RIO? É DOCE.
A VALE? AMARGA
AI, ANTES FOSSE
MAIS LEVE A CARGA

ENTRE ESTATAIS
E MULTINACIONAIS,
QUANTOS AIS!

A DÍVIDA INTERNA
A DÍVIDA EXTERNA
A DÍVIDA ETERNA

QUANTAS TONELADAS EXPORTAMOS
DE FERRO?
QUANTAS LÁGRIMAS DISFARÇAMOS
SEM BERRO?

(CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE)